

Ciência em Foco

Volume XVII

Rosalina E. Lustosa Zuffo

Alan Mario Zuffo

Bruno Rodrigues de Oliveira

Jorge González Aguilera

Aris Verdecia Peña

Organizadores



Pantanal Editora

2025

Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo
Alan Mario Zuffo
Bruno Rodrigues de Oliveira
Jorge González Aguilera
Aris Verdecia Peña
Organizadores

Ciência em foco
Volume XVII



Pantanal Editora

2025

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Dr. Jorge González Aguilera e Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Prof. Dr. Luciano Façanha Marques
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profa. Dra. Patrícia Maurer
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
Prof. Dr. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Ugur Azizoglu
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profa. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
SED Mato Grosso do Sul
UEMA
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
Sec. Mun. de Educação, Cultura e Tecnologia de Araripe
Universidade Kayseri, Türkiye
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

C569

Ciência em foco – Volume XVII / Organização de Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo, Alan Mario Zuffo, Bruno Rodrigues de Oliveira, et al. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2025. 106p. ; il.

Outros organizadores: Jorge González Aguilera, Aris Verdecia Peña.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-66-2

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756662>

1. Inovação tecnológica. 2. Sustentabilidade. I. Zuffo, Rosalina Eufrausino Lustosa (Organizadora). II. Zuffo, Alan Mario (Organizador). III. Oliveira, Bruno Rodrigues de (Organizador). IV. Título.

CDD 608

Índice para catálogo sistemático

I. Inovação tecnológica



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

A Pantanal Editora apresenta mais um volume do o e-book **Ciência em Foco**, uma obra multidisciplinar que reúne pesquisas e reflexões atuais de diversas áreas do conhecimento. Este volume consolida o compromisso com a produção e disseminação de conhecimento científico relevante, estimulando práticas inovadoras, sustentáveis e socialmente transformadoras. A seguir, destacamos os principais assuntos abordados.

Ciências Agrárias e Ambientais. Esta seção foca na sustentabilidade, nos desafios ambientais contemporâneos e nas inovações para o setor agrícola. Uma das pesquisas aborda a Química Ambiental, apresentando reflexões teóricas e metodológicas, seus fundamentos e a necessidade urgente de interdisciplinaridade para enfrentar a crise climática global, apontando caminhos de pesquisa para a pós-graduação que visam soluções tecnológicas e de inovação que promovam políticas públicas e o desenvolvimento de um modo de vida mais sustentável, com foco primordial no cuidado do solo, da água e do ar. Em complemento a essa visão, outros estudos destacam a inovação na produção agrícola através do uso de produtos biológicos no desenvolvimento de cultivares de trigo no Cerrado Sul-matogrossense, bem como a avaliação dos efeitos do estresse hídrico nessa cultura. Há, ainda, pesquisas sobre a combinação de *Bacillus aryabhattai* e adubação organomineral como estratégia para otimizar o desenvolvimento da cultura do milho, reforçando a busca por práticas mais eficientes e menos agressivas ao meio ambiente.

Educação e Ciências Humanas. Os capítulos promovem uma análise crítica sobre o impacto das tecnologias digitais, as políticas públicas educacionais e a saúde mental no ambiente escolar, fomentando debates essenciais para nossa sociedade. Um dos trabalhos é a investigação da Filosofia da Tecnologia na Educação, que examina a produção acadêmica brasileira à luz das perspectivas de Byung-Chul Han e Andrew Feenberg. O estudo compara a visão pessimista de Han, que vê a tecnologia digital como destrutiva e atrelada à psicopolítica neoliberal, com a Teoria Crítica da Tecnologia de Feenberg, que defende o potencial de transformação e controle humano mais democrático desses artefatos no contexto pedagógico. Com um tema complementar, outra pesquisa apresenta uma ação extensionista focada na Nomofobia (o medo de ficar sem o celular) e no uso excessivo de tecnologia entre adolescentes, alertando sobre os prejuízos da dependência digital, para a saúde física e mental, e para o rendimento escolar, gerando reflexões críticas sobre o uso consciente. Por fim, é realizada uma revisão sobre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), uma política pública de Educação a Distância (EaD), detalhando os responsáveis e a legislação, e discutindo os avanços e desafios da UAB na democratização do Ensino Superior e na formação contínua de professores.

Saúde Pública e Sociedade. Esta seção traz discussões cruciais sobre temas de saúde pública e cidadania, com foco na juventude, abordando questões de extrema relevância social. Um dos capítulos aborda discussões essenciais sobre sexualidade e o problema do abuso sexual no contexto das crianças e

adolescentes, destacando a proteção legal brasileira para menores de 14 anos, um tema que exige atenção e mobilização social. Outra pesquisa apresenta um relato de extensão sobre a importância da prevenção da gravidez na adolescência e a orientação adequada sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), como o HIV, reforçando a necessidade de educação sexual abrangente e responsável nas escolas e comunidades.

A coletânea **Ciência em Foco Volume XVII** é uma obra elementar para quem busca uma visão aprofundada e atualizada dos principais desafios e inovações em pesquisa e desenvolvimento social, servindo como uma leitura relevante para estudantes, professores e pesquisadores que buscam intervir de forma crítica na realidade contemporânea e contribuir para o desenvolvimento sustentável, socialmente justo, fisicamente e psicologicamente saudável.

Os organizadores

Sumário

Apresentação	4
Capítulo 1	7
Nomofobia em ambiente escolar: uma ação extensionista sobre o uso excessivo de tecnologia entre adolescentes	7
Capítulo 2	11
As perspectivas de Byung-Chul Han e Andrew Feenberg dentro da produção sobre educação no Brasil	11
Capítulo 3	29
A química nas ciências ambientais: três trilhas de pesquisa para a pós-graduação	29
Capítulo 4	43
<i>Bacillus aryabhattai</i> e biofertilizante AFERT no desenvolvimento de híbrido de milho no Cerrado-Mato-Grossense	43
Capítulo 5	56
A Universidade Aberta do Brasil: uma revisão narrativa	56
Capítulo 6	64
Produtos biológicos no desenvolvimento de cultivares de trigo no Cerrado Sul-mato-grossense	64
Capítulo 7	77
Avaliação do efeito do estresse hídrico em cultivares de trigo em solo do Cerrado-mato-grossense	77
Capítulo 8	94
Sexualidade e abuso sexual	94
Capítulo 9	99
Prevenção da gravidez na adolescência: um relato de extensão com ações educacionais na escola	99
Índice Remissivo	104
Sobre os organizadores	105

A Universidade Aberta do Brasil: uma revisão narrativa

Recebido em: 17/09/2025

Aceito em: 25/09/2025

 10.46420/9786585756662cap5

Reginaldo dos Santos Pinto 

Fernanda de Carvalho Nenartavis 

INTRODUÇÃO

A Universidade Aberta do Brasil (UAB), nosso foco neste trabalho, é uma política pública que trata da Educação a Distância (EaD). Nossa finalidade aqui não é esgotar o tema, mas trazer uma apresentação da política. Dentro disso, nossa proposta é responder às seguintes questões: o que é a UAB? Quem são os responsáveis por essa política? Qual é a legislação que embasa seu funcionamento? Quais são algumas das discussões levantadas na literatura sobre a política?

Como a EaD é uma modalidade que vem se expandindo nos últimos anos (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2024), é relevante investigar sobre a temática. Assim, esperamos com este texto contribuir para essa discussão, em especial, trazendo contribuições para a compreensão do funcionamento da UAB. Diante disso, nosso objetivo é apresentar a política mencionada, abordando suas principais características e alguns pontos de discussão que ela vem levantando.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este texto utiliza a revisão narrativa de literatura para abordar o tema. Segundo Rother (2007), essa revisão pode ser utilizada para apresentar o estado da arte de um assunto sem a utilização de um passo a passo específico para a seleção e análise dos referenciais incluídos. Mesmo sem a utilização de critérios de inclusão e exclusão predefinidos, algumas orientações guiaram a seleção das referências. Para abordar a UAB, optamos por priorizar informações oriundas de páginas oficiais do programa. Além disso, também foram incluídas pesquisas sobre a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados estão organizados da seguinte maneira: primeiro, fazemos uma apresentação da política mencionada; em segundo lugar, traçamos um breve panorama da EaD brasileira; em terceiro lugar, descrevemos a UAB e suas principais características; em quarto lugar, tratamos da legislação que embasa a política; em quinto lugar, abordamos os cursos disponibilizados pela UAB; e, por fim, apresentamos algumas das discussões que a literatura vem levantando sobre a política em questão.

A estrutura da Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Como uma política que tem a EaD como elemento central, iniciamos sua apresentação com um breve panorama sobre esta modalidade no Brasil. A EaD é uma modalidade que envolve uma separação física e/ou temporal de alunos e professores (Ministério da Educação, [20--]). Embora possa parecer algo recente, sua história passa pelo livro impresso (século XV), pelo correio (século XVIII) e pelos meios eletrônicos (século XX) (Hermida & Bonfim, 2006).

Apesar de possuir uma longa trajetória, a base legal para a modalidade no Brasil surge com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº. 9.394/1996, que “[...] direciona o funcionamento da EaD, apresentando características, abrangência, necessidade de credenciamento, oferta, avaliação, entre outros itens importantes” (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina [IFSC], [20--], documento *online*). Segundo o Art. 80 da lei mencionada: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (Lei 9.394, 1996, documento *online*).

Assim, como política pública, a EaD se desenvolve com a finalidade de suprir à necessidade de ampliação de vagas na educação superior, sendo primeiro desenvolvida com a construção de consórcios entre as universidades. A partir disso, um marco importante foi a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que é o tema deste artigo (Bastos, Gonçalves, Santos, Almeida & Pereira, 2024).

Antes de tratarmos sobre a UAB, é preciso destacar o processo de expansão pelo qual a EaD vem passando no Brasil. Esse processo pode ser observado a partir de alguns dados do Censo Escolar da Educação Superior de 2023. A EaD superou a modalidade presencial em número de vagas em 2018. Além disso, cresceu 167,5% desde então, enquanto a modalidade presencial teve uma queda de 13,5% no número de vagas no mesmo período. O mesmo acontece com o número de matrículas em cursos de graduação. Segundo o Censo Escolar da Educação Superior de 2023, se a tendência tiver sido mantida, o número de estudantes em cursos EaD deve ter superado o número de estudantes da modalidade presencial em 2024 (INEP, 2024).

Também é possível perceber a expansão da EaD observando o número de cursos de graduação da modalidade. Houve um crescimento de 232% de 2018 até 2023, chegando a 10.554 cursos. Além disso, em 2023, a EaD esteve presente em 3.366 municípios do Brasil, o que representa um aumento de 96% em comparação com o ano de 2014 (INEP, 2024). Esses dados evidenciam a relevância de se produzir pesquisas sobre temas relacionados às formações a distância.

Isso é ainda mais pertinente se considerarmos as mudanças trazidas pelo Decreto Nº 12.456 de 2025, que, além de outras alterações, trouxe a criação do formato semipresencial, a exigência de avaliações presenciais com peso majoritário na composição da nota final e restrições na oferta de alguns cursos no formato a distância e semipresencial (Ministério da Educação, 2025). Essas mudanças também evidenciam a necessidade de que mais trabalhos discutam sobre as formações com mediação tecnológica.

O que é a UAB?

Na estrutura organizacional do Ministério da Educação, o órgão responsável pela UAB é a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No interior da parte de acesso à informação da Fundação, é possível encontrar informações sobre a UAB ao buscar por ações e programas de Educação a Distância. Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2022), a UAB tem como objetivo expandir e interiorizar a oferta de vagas da educação superior no país por meio do estímulo à parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as instituições de ensino superior. Assim:

Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades (CAPES, 2022, documento *online*).

Legislação

No que se refere aos marcos regulatórios, a gênese do que seria a UAB remonta à primeira década do século XXI, porém, existem relatos de que, desde a antepenúltima década do século passado (De Oliveira & Santos, 2022, p. 214), já se mostrava presente o desejo de criação de uma universidade aberta no Brasil aos moldes ingleses.

No entanto, ao considerarmos os requisitos previamente necessários para tal implantação, principalmente quando levamos em conta a Educação a Distância como uma característica especificamente estruturante do sistema, somos impelidos a lembrar que, à época associada, o país experimentava condições extremamente precárias do ponto de vista das tecnologias necessárias a tal investimento. Outro óbice considerável diz respeito à supervalorização experimentada pela formação técnica que, devido à política educacional vigente, buscava o alinhamento de maneira impositiva com os valores e ideais do governo ditatorial.

Apesar disso, em meio aos novos ares que passaram a amenizar a pesada atmosfera vivenciada pelo instante histórico anterior, o processo de redemocratização nos permitiu ainda nos instantes finais do século XX, observar a germinação de importantes bases legais que iriam potencialmente contribuir para a concretização do projeto de uma universidade aberta genuinamente brasileira.

Então, durante o período em que Fernando Henrique Cardoso esteve à frente do executivo federal, elementos passíveis de promoção da considerável empreitada se mostraram presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96). Não muito depois, o Plano Nacional de Educação (PNE), que compreendia o recorte temporal dos anos de 2001 a 2010, trouxe à baila um especial enfoque na utilização da Educação a Distância, voltado para a melhora da escolarização brasileira,

a potencialização da formação de professores da Educação Básica e a expansão da oferta de vagas na Educação Superior.

Em relação à legislação estrutural desta política pública voltada para a democratização da Educação Superior, percebemos, por intermédio do Decreto nº 5.800/06, além do papel de “espinha dorsal” desempenhado pelo mesmo, uma necessária interdependência imposta por ele. De uma só vez, ele esperava não apenas democratizar o acesso ao supracitado nível educacional, mas também, dentre diferentes outros objetivos, visava proporcionar o desenvolvimento da Educação a Distância em favor da formação de professores da Educação Básica, e ainda, possibilitar a expansão do uso das tecnologias digitais por intermédio do processo de informatização do interior do Brasil.

Cursos disponíveis

Em relação aos cursos disponibilizados pela UAB, utilizamos como referência as divulgações efetuadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que, em 29 de agosto de 2024, durante o III Encontro de Gestoras e Gestores de Educação a Distância, da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), divulgou a seguinte visão atualizada do sistema UAB: uma abrangência de 150 Instituições de Ensino Superior (IES); com cerca de 1.000 polos distribuídos pelo território nacional; tendo 919 cursos ativos; e possuindo 126,6 mil alunos matriculados.

Discussões sobre a política

Nesta discussão, abordaremos seis pontos: (1) iniciativa privada na EaD; (2) questão orçamentária; (3) precarização dos vínculos trabalhistas; (4) quantidade em detrimento da qualidade; (5) comparativo com o caso inglês; e (6) diferença entre o prescrito e o real.

Primeiro, a questão da iniciativa privada na EaD. A UAB, desde o seu nascimento, já carrega algumas incoerências. Isso se deve à herança do Decreto nº 5.622/05, que versava sobre a “Reforma da Educação Superior”, defendendo que a mesma, em sua esfera pública, fosse ampliada e fortalecida, mas também procurou nortear, pelo interesse público, as instituições particulares, abrindo precedentes para uma maior inserção da iniciativa privada na Educação Superior via EaD. Por carregar essa característica desde sua criação, isso representou uma especificidade genética da política, que, mesmo depois de constatada, não foi extinta. Assim, mesmo com a revogação da norma anteriormente citada, o Decreto nº 9.057/17 permitiu ainda mais a inserção da iniciativa privada, representando uma ampla abertura por um viés mercadológico para a EaD brasileira.

Dando continuidade, o segundo tópico trata da questão orçamentária. Considerando o caráter sistêmico que se mostra estrutural, pois, como nos foi possível observar, o que verdadeiramente se implementou no Brasil como Universidade Aberta foi pura e simplesmente um consórcio de Instituições Públicas de Ensino Superior, possuindo, assim, pouca autonomia. Tal vulnerabilidade institucional tem

se consolidado pela confluência de problemas pontuais que, ao experimentarem interações sistêmicas, acabam revelando certa precariedade vivenciada pela política pública desde a sua gênese. Um exemplo diz respeito à estrutura financeira experimentada por nossa Universidade Aberta, pois os recursos destinados para a execução de suas ações não estão contemplados na matriz regular do Ministério da Educação (MEC), limitação esta que afeta diretamente os seus resultados (De Oliveira & Santos, 2022).

Assim, esta espécie de imprevisto orientado por restrições de recursos, não apenas econômicos desde a sua origem, nos vai revelando uma série de outras questões que se mostram interligadas. Que o diga o fato de que a Universidade Aberta brasileira, além de não possuir corpo docente próprio, não prevê contratações de professores para atuarem na Educação a Distância, funcionando de maneira dependente das Instituições Públicas de Ensino Superior já constituídas, remunerando seus colaboradores por meio de bolsas, condição esta que ratifica o alto grau de precarização já existente (De Oliveira & Santos, 2022).

De Oliveira e Santos (2022) também falam da valorização da quantidade em detrimento da qualidade. Assim, o considerável aumento do número de vagas, sem que de maneira diretamente proporcional seja observado o aumento dos investimentos voltados para a concretização e realização das condições de oferta no Ensino Superior por meio da Educação a Distância, mostra-se prejudicial ao desenvolvimento da política pública.

Em outras palavras, no que se refere aos aspectos constitutivos de nossa peculiar Universidade Aberta, somos impelidos a contemplar a caracterização da política pública educacional como programa de governo que se apresenta na maneira de uma mudança formal e temporária, que visa uma melhora apenas quantitativa com vistas a atender demandas reprimidas, pois:

[...] o Sistema UAB se configura, portanto, como uma política pública educacional do governo Lula que não rompe com a lógica das políticas neoliberais implementadas no governo FHC. Ao contrário, representa uma política pública que reforça a lógica neoliberal cujo projeto educacional focaliza o mercado em detrimento da formação integral do ser humano (De Oliveira & Santos, 2022, p. 221).

É possível também estabelecer um comparativo do caso brasileiro com a Universidade Aberta inglesa. No caso da Inglaterra, que figura como pioneira em tal modalidade de ensino superior, a universidade literalmente existe fisicamente e, inclusive, com considerável autonomia. Muito diferentemente, de acordo com Mendonça, Fernandes, Helal e Cassundé (2020), o caso brasileiro se apresenta como um consórcio de instituições públicas de ensino superior (IPES), não sendo assim uma universidade propriamente dita, e ainda, muito menos uma universidade aberta, pelo simples fato de a UAB não se mostrar orientada pelos princípios do sistema “*Open University*”.

Por fim, uma outra discussão que pode ser levantada acerca da UAB é se seus objetivos definidos estão sendo atendidos. Como abordado anteriormente, há um foco em municípios com baixo IDH (CAPES, 2022). Entretanto, Silva (2013) indica que essa proposta pode não estar sendo atendida de fato. Segundo o autor, apenas 14% dos polos estão localizados em municípios com IDH-E médio (entre 0,551

e 0,700). Além disso, no momento de sua pesquisa, não havia nenhum polo localizado em municípios de IDH-E baixo (abaixo de 0,550). Assim, ele aponta que:

Sob a perspectiva do incentivo à expansão por meio da interiorização e do atendimento às demandas da educação superior brasileira, ao considerarmos o IDH educacional, esses resultados evidenciam a limitada capilaridade e o curto alcance do sistema UAB no atendimento aos municípios brasileiros (Silva, 2013, p. 182).

CONCLUSÕES

Nossa revisão narrativa não teve como objetivo esgotar a discussão sobre a UAB, mas, na verdade, lançar luz sobre algumas discussões específicas da temática. Assim, buscamos destacar alguns pontos que compreendemos necessitar de maior atenção em futuras pesquisas e durante a manutenção dos processos decisórios dessa política. Por isso, trazemos duas observações a partir do processo de construção deste texto.

Primeiro, a partir da leitura e das discussões que originaram esta revisão narrativa, entendemos que estamos experienciando distintas fases de funcionamento de uma política pública educacional, pois mediante os seus aproximadamente dezenove anos de existência, somos capazes de perceber analiticamente as inúmeras transformações pelas quais o sistema foi obrigado a passar em favor da sua continuidade. Desta forma, concordamos com a ideia de que vivenciamos, por meio das formas de atuação da UAB, uma política teoricamente de Estado que, na prática, tem sobrevivido como política de governo.

Nossa última observação diz respeito à dificuldade de acesso às informações atualizadas sobre a UAB. Inclusive, durante o processo de escrita deste trabalho, tivemos algumas dificuldades para encontrar as informações mais recentes sobre os polos e as universidades vinculadas ao sistema. Em observações assistemáticas, constatamos algumas informações desatualizadas e ambíguas nas fontes oficiais de informação.

Por fim, reconhecemos os limites deste trabalho e destacamos a necessidade de que mais estudos sobre a UAB sejam realizados, visando, com isso, contribuir para o aperfeiçoamento dessa política pública.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Seu desenvolvimento ocorreu durante a vigência das bolsas de mestrado e doutorado fornecida pela agência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bastos, E. de M. Gonçalves, D. M. S., Santos, S. C., Almeida, F. M., & Pereira, L. I. (2024). Políticas Públicas Educacionais no Ensino Superior à Distância: uma Revisão Sistemática de Literatura. *EaDemFoco*, 14(1), 1-16. DOI: 10.18264/eadf.v14i1.2306
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (2022). *O que é o Sistema UAB e sua legislação*. Ministério da Educação. Recuperado de: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade-aberta-do-brasil/acesse-tambem/o-que-e-uab>
- De Oliveira, L. C., & Santos, A. O. (2022). O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB): democratização neoliberal no campo educacional. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad – CTS*, 17, 212-243. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8739096>
- Hermida, J. F., & Bonfim, C. R. de S. (2006). A Educação à Distância: história, concepções e perspectivas. *Revista HISTEDBR*, 166-181. Recuperado de: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). ([20--]). *Legislação da EaD no Brasil*. Recuperado de: <https://moodle.ead.ifsc.edu.br/mod/book/view.php?id=68804&chapterid=11391>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2024). *Censo da Educação Superior 2023: divulgação dos resultados*. Ministério da Educação, Brasília. Recuperado de: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- Mendonça, J. R. C., Fernandes, D. C., Helal, D. H., & Cassundé, F. R. (2020). Políticas públicas para o ensino superior a distância: um exame do papel da Universidade Aberta do Brasil. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, 28(106), 156-177. DOI: 10.1590/S0104-40362019002801899
- Ministério da Educação. ([20--]). *O que é Educação à Distância?* Ministério da Educação. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/355-perguntas-frequentes-911936531/educacao-a-distancia-1651636927/12823-o-que-e-educacao-a-distancia#:~:text=C%C3%B3digo%20para%20do%20Twitter,tecnologias%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20comunica%C3%A7%C3%A3o.>
- Ministério da Educação. (2025). *Assinado decreto que institui Nova Política de EaD*. Recuperado de: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/assinado-decreto-que-institui-a-nova-politica-de-ead>

- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta paul. Enferm*, 20(2), 1-2. Recuperado de:
<https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt>
- Silva, R. V. (2013) *A UAB e suas práticas subjacentes nas diferentes concepções do espaço social brasileiro* (Tese). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ, Rio de Janeiro. Recuperado de:
https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/14767/1/Tese_Roberto%20Silva.pdf

Índice Remissivo

A

Andrew Feenberg · 11, 16, 18

B

Bacillus · 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 65, 66, 68, 69, 73
 aryabhattai · 43, 44, 45, 51, 52, 79, 80, 81, 91
biológicos · 64, 66, 67, 68, 69, 70, 73
biomedicina · 100
Byung-Chul Han · 11, 16

C

Cerrado · 64, 66, 67, 69, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91
Cerrado-Mato-Grossense · 43, 44, 48, 49, 51

E

Educação a Distância · 56, 58, 59, 60
estresse hídrico · 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91
extensão · 100

I

infecções sexualmente transmissíveis · 101

M

milho · 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52

N

Nomofobia · 7, 8, 9

P

Psicopolítica · 19

T

Trichoderma · 65, 66, 68, 73
Triticum aestivum · 64, 66, 77

U

Universidade Aberta do Brasil · 56, 57

Z

Zea mays · 43

Sobre os organizadores



 Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Pedagoga, graduada em Pedagogia (2020) na Faculdades Integradas de Cassilândia (FIC). Estudante de Especialização em Alfabetização e Letramento na Universidade Cathedral (UniCathedral). É editora Técnico-Científico da Pantanal Editora. Contato: rlustosa@hotmail.com.br



 Alan Mario Zuffo

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (2010) na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestre (2013) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor (2016) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pós-Doutorado (2018) em Agronomia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Atualmente, possui 272 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 153 resumos simples/expandidos, 97 organizações de e-books, 53 capítulos de e-books. É editor chefe da Pantanal editora e da Revista Trends in Agricultural and Environmental Sciences, e revisor de 23 revistas nacionais e internacionais. Professor adjunto II na UEMA em Balsas. Contato: alan_zuffo@hotmail.com.



 Bruno Rodrigues de Oliveira

Graduado em Matemática pela UEMS/Cassilândia (2008). Mestrado (2015) e Doutorado (2020) em Engenharia Elétrica pela UNESP/Ilha Solteira. Pós-doutorado pela UFMS/Chapadão do Sul na área de Inteligência Artificial aplicada na Engenharia Florestar/Agrônômica. É editor da Pantanal Editora e da Revista Trends in Agricultural and Environmental Sciences e Analista no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Tem experiência nos temas: Matemática, Processamento de Sinais via Transformada Wavelet, Análise Hierárquica de Processos, Teoria de Aprendizagem de Máquina e Inteligência Artificial, com ênfase em aplicações nas áreas de Engenharia Biomédica, Ciências Agrárias e Organizações Públicas. Contato: bruno@editorapantanal.com.br



 Jorge González Aguilera

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (1996) na Universidad de Granma (UG), Bayamo, Cuba. Especialista em Biotecnologia (2002) pela Universidad de Oriente (UO), Santiago de Cuba, Cuba. Mestre (2007) em Fitotecnia na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Doutor (2011) em Genética e Melhoramento de Plantas na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Pós - Doutorado (2016) em Genética e Melhoramento de Plantas na EMBRAPA Trigo, Rio Grande do Sul, Brasil. Professor Visitante (2018-2022) na Universidade Federal de Mato

Grosso do Sul (UFMS) no campus Chapadão do Sul (CPCS), MS, Brasil. Professor substituto (2023-Atual) na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Cassilândia, MS, Brasil. Atualmente, possui 180 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 29 resumos simples/expandidos, 67 organizações de e-books, 46 capítulos de e-books. É editor da Pantanal Editora, e da Revista Trends in Agricultural and Environmental Sciences, e revisor de 19 revistas nacionais e internacionais. Contato: j51173@yahoo.com



 Aris Verdecia Peña

Médica, graduada em Medicina (1993) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especialista em Medicina General Integral (1998) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especializada em Medicina en Situaciones de Desastre (2005) pela Escola Latinoamericana de Medicina em Habana. Diplomada em Oftalmología Clínica (2005) pela Universidad de Ciencias Médica de Habana. Mestrado em Medicina Natural e Bioenergética (2010), Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba, Cuba. Especializada em Medicina Familiar (2016) pela Universidade de Minas

Gerais, Brasil. Profesora e Instructora da Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba (2018). Ministra Cursos de pós-graduação: curso Básico Modalidades de Medicina Tradicional em urgências e condições de desastres. Participou em 2020 na Oficina para Enfrentamento da Covi-19. Atualmente, possui 11 artigos publicados, e dez organizações de e-books

Ciência em Foco Volume XVII é uma obra essencial que mapeia a vanguarda do conhecimento multidisciplinar, reunindo pesquisas atuais em **Ciências Agrárias e Ambientais** (focadas em sustentabilidade e inovação agrícola), **Educação e Ciências Humanas** (abordando o impacto da tecnologia digital e políticas públicas) e **Saúde e Sociedade** (discutindo sexualidade e saúde juvenil). Este e-book é leitura essencial para quem busca uma visão crítica e aprofundada dos desafios contemporâneos e das soluções científicas que estão moldando o futuro.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 9608-6133 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br